

O Trabalho Realizado em Classes Especiais na Cidade de Foz do Iguaçu

Liane Maria Gonçalves Franco¹
Elizabete da Conceição Vieira²
Andreia Nakamura Bondezan³

126

Resumo: Este artigo é resultado de uma pesquisa bibliográfica e de campo e discute o trabalho realizado com alunos matriculados em classes especiais no município de Foz do Iguaçu – PR. Tem o objetivo de apresentar a perspectiva dos atendimentos aos educandos; os avanços obtidos quanto sua constituição e os possíveis retrocessos referentes à inclusão escolar na visão dos professores que atuam na classe especial. Conta com o embasamento de autores como Omote (1999), Mendes (2002), Mantoan (2006). O trabalho de campo foi realizado mediante questionários e entrevistas semiestruturadas com a Diretoria de Educação Especial e com cinco professoras de classe especial. Conclui-se que a classe especial, embora seja um atendimento fora das classes comuns, tem sido utilizada com um instrumento para possível inclusão escolar do educando com deficiência intelectual no estado do Paraná e, mais especificamente, em Foz do Iguaçu. Destaca-se nas classes especiais a realização de um trabalho individualizado com uso de estratégias de ensino mais lúdicas, que partem do concreto para a abstração, importantes para o aluno com deficiência intelectual.

Palavras-chave: Classe Especial. Educação. Inclusão.

The Work Realized in Special Classes in the City of Foz do Iguassu

Abstract: This article is the result of a bibliographic and field research and discusses the work done with registered students in special classes in the city of Foz do Iguassu – PR. The objective is to show the perspective of the attendance to the students; the advances obtained regarding its constitution and possible throwbacks concerning to school inclusion on the view of teachers that work in special classes. It counts with the theoretical background of authors like Omote (1999), Mendes (2002), Mantoan (2006). The field research was done through survey forms and semistructured interviews with the Special Education board of directors and with five teachers of the special classes. It is concluded that the special class, though it is an attendance out of ordinary classes, has been used as an instrument to a possible school inclusion of the student with intellectual disability in Parana State, more specifically in Foz do Iguassu city. Stands out in special classes an individualized work with more ludic approaches, that goes from the concret to abstraction, so important for students with intellectual disabilities.

Keywords: Special Class. Education. Inclusion.

¹ E-mail: liamarifranco@gmail.com

² E-mail: elizabet.v@hotmail.com

³ E-mail: andreiabondezan76@gmail.com



Introdução

A classe especial é um atendimento ofertado em escolas do ensino regular e busca atender alunos com deficiência intelectual que apresentam dificuldades de aprendizagem ou necessitam de atenção diferenciada, ou seja, um atendimento individual e especializado, substituindo a matrícula em salas de aula comuns.

Autores como Mantoan (2006), Omote (1999) e Mendes (2002) explicam que as classes especiais são atendimentos que fazem parte do processo de integração escolar no qual o aluno precisa se modificar para estar na escola regular e, tais atendimentos se mantêm mesmo em tempo de busca por uma inclusão escolar. Entender como ocorre o trabalho em classe especial é uma das inquietações que impulsionou esta pesquisa.

A efetivação da inclusão no cenário educacional é um grande desafio, pois, a escola precisa se modificar para atender as especificidades dos alunos. É necessário discutir e compreender os atendimentos ofertados às pessoas com deficiência, mais especificamente neste artigo, esta discussão centra-se no trabalho realizado nas classes especiais.

A partir desse pressuposto, este estudo teve por objetivo conhecer o trabalho desenvolvido em classes especiais no município de Foz do Iguaçu, Paraná. Por meio de entrevistas com a Diretoria de Educação Especial e cinco professores das classes especiais analisamos como este trabalho auxilia na aprendizagem deste alunado e se este atendimento contribui, ou não, para o processo de inclusão escolar de alunos com deficiência. Como afirmam Omote (1999) e Mantoan (2006) as experiências no trabalho desenvolvido em classes especiais sinalizam reflexões acerca da prática em sala de aula e apontam desafios a serem superados.

Metodologia

Esta pesquisa qualitativa possui caráter bibliográfico e de campo. O trabalho bibliográfico envolveu o estudo de autores que tratam da inclusão escolar, tais como Omote (1999); Mantoan (2006); Mendes (2002) e outros.



O trabalho de campo foi efetivado com entrevistas semiestruturadas e questionários. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética, Parecer n. 95704418.0.0000.0107. Os participantes entrevistados assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), preservando suas identidades com nomes fictícios ou outra forma de identificação. Participaram da pesquisa um responsável da Diretoria de Educação Especial (DIEE) da Secretaria Municipal de Educação (SMED) de Foz do Iguaçu e mais cinco professoras de classe especial da rede municipal da mesma cidade.

As entrevistas foram previamente agendadas com a equipe da Educação Especial com o objetivo de compreender a estruturação da classe especial: a formação dos professores exigida para o trabalho neste ambiente, o número de alunos matriculados, o tempo médio de permanência nestas classes e a formação continuada para os professores.

O contato com a Diretoria de Educação de Foz do Iguaçu, ocorreu inicialmente por telefone institucional, em seguida, encaminhamos as perguntas via e-mail e, posteriormente, agendamos a entrevista. A entrevista, por sua natureza interativa, “[...] permite tratar de temas complexos que dificilmente poderiam ser investigados adequadamente através de questionários, explorando-os profundamente” (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 1999, p. 168).

Já com os professores da classe especial, realizamos entrevista semiestruturada, também com data e horário previamente agendados e, a pedido destes, encaminhamos as questões por e-mail. As perguntas estavam relacionadas aos desafios do atendimento ao aluno com deficiência intelectual nas classes especiais, às metodologias utilizadas, a relação entre os alunos da escola. Cabe destacar que as entrevistas ocorreram durante a hora atividade, para que não comprometesse o trabalho em sala de aula.

As análises das respostas foram realizadas com base no referencial teórico eleito, mediante quatro categorias: compreensão de classe especial; relação entre inclusão e classe especial; relação entre os alunos da classe especial e alunos da classe comum; estratégias e ensino.



Diretrizes para o funcionamento da Classe especial em Foz do Iguaçu

O município de Foz do Iguaçu está situado no estado do Paraná. O Paraná tem um histórico de luta pela educação da pessoa com deficiência, com a criação da primeira escola especial em 1939 e, da primeira Classe Especial na rede pública, em 1958 (PARANÁ, 2006).

De acordo com as Diretrizes Curriculares da Educação Especial para a Construção de Currículos Inclusivos (PARANÁ, 2006) as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes) foram relevantes na ampliação de instituições em muitos municípios do Estado até então, foram responsáveis por assessorar a criação de programas de formação de professores e difundir metodologias.

Com a estruturação do Departamento de Educação Especial, em 1970, que integrado a administração da Secretaria do Estado da Educação (SEED) ampliou-se a criação de classes especiais em diversos municípios, e as políticas de descentralização possibilitou a criação das equipes de Educação Especial nos Núcleos Regionais de Educação constituindo a modalidade de ensino para atendimento das deficiências por área (PARANÁ, 2006).

Entre os anos 2000 e 2002 o Departamento de Educação Especial promoveu um intenso processo de discussão da inclusão, elaborando o documento “Educação inclusiva: linhas de ação para o Estado do Paraná” que tinha como objetivo a sistematização de uma política pública de inclusão educacional.

No estado do Paraná, mediante os diferentes documentos oficiais organizados no Brasil, para nortear a educação inclusiva, foram elaboradas várias instruções para orientar os atendimentos da educação especial. A instrução 03/04 estabelece critérios para o funcionamento da classe especial de 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental⁴, na área da Deficiência Intelectual. Segundo o documento da Secretaria de Estado da Educação do Paraná:

Classe Especial é uma sala de aula em escola do Ensino Regular, em espaço físico e modulação adequada, onde o professor especializado na área da deficiência mental utiliza métodos, técnicas, procedimentos didáticos e recursos

⁴ Após a promulgação da Lei nº 11.274/2006, 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental.



pedagógicos especializados e, quando necessário, equipamentos e materiais didáticos específicos, conforme série/ciclo/ etapas iniciais do Ensino Fundamental (1ª a 4ª séries) (PARANÁ, 2004, p. 1).

Com a finalidade de atender os alunos que apresentam dificuldades acentuadas de aprendizagem ou condições de comunicação diferenciada dos demais alunos e, por isso, demanda ajuda e apoio intensos e contínuos, as escolas de Ensino Fundamental I (1º ao 5º Ano) podem, extraordinariamente, criar classes especiais, segundo a instrução supracitada.

A Classe Especial é compreendida como um serviço especializado, em escola de ensino regular, para alunos que apresentam casos graves de deficiência intelectual ou múltipla. As organizações dessas classes devem estar amparadas na Lei de Diretrizes e Bases - LDB de 1996 (BRASIL, 1996) e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica de 2001 (BRASIL, 2001), ou seja [...] para atendimento, em caráter transitório, a alunos que apresentem dificuldades acentuadas de aprendizagem ou condições de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos e demandem ajudas e apoios contínuos (BRASIL, 2001 p. 52).

O trabalho pedagógico específico e individualizado deve se pautar em 200 dias letivos e 800 horas aula/ano, conforme LDB 9394/96, com atendimento de no máximo 10 alunos por classe. Os professores devem possuir habilitação ou especialização na área de Deficiência Intelectual. A sala de aula, necessariamente, deve contar com equipamentos e recursos pedagógicos adequados às necessidades educacionais especiais dos alunos atendidos.

Para ingressar as classes especiais, os alunos, devem passar por avaliações com profissionais especializados, tendo acompanhamento constante do desenvolvimento. Em relação a matrícula em classes especiais, o resultado do censo escolar da Educação Básica de 2016 mostra uma diminuição gradativa de alunos dentre os anos de 2000 a 2016 nas diferentes dependências administrativas (PARANÁ, 2016). Certamente estes espaços estão sendo fechados e os educandos sendo inseridos no ensino comum, passando a receber atendimento complementar nas Salas de Recursos



Multifuncionais em contraturno. Desta forma, a redução de alunos matriculados em Classes Especiais, ocorre diante dessa nova expectativa nos atendimentos aos educandos com deficiência.

Nas escolas municipais da cidade de Foz do Iguaçu, a educação da pessoa com deficiência é organizada pela Diretoria de Educação Especial. Esta diretoria é composta por uma coordenadora, professores, pedagogos e psicóloga que fazem um trabalho que envolve desde a avaliação da criança até formação continuada para as pessoas que estão envolvidas com a educação na escola. Assim, esta equipe também direciona os atendimentos realizados na classe especial nas escolas municipais de Foz do Iguaçu.

Análise das entrevistas

O trabalho realizado pela Diretoria da Educação Especial do município de Foz do Iguaçu, segundo a responsável entrevistada, tem como “finalidade básica, proporcionar às pessoas portadoras de deficiências, condições que favoreçam o desenvolvimento de suas potencialidades, visando sua autorrealização, aprendizagem, integração e independência”. Com a incumbência de realizar o processo de avaliação, diagnóstico e encaminhamento de alunos que frequentam o ensino regular que apresentam alguma limitação.

A equipe de Educação Especial é responsável por realizar o processo de avaliação psicoeducacional no Ensino Fundamental I e intervenções na Educação Infantil, quando encaminhados pelas escolas mediante as observações e análises dos professores e coordenadores constatando algumas evidências que possam ser avaliadas e, somente se confirmada a dificuldade de aprendizagem e/ou deficiência o aluno é inserido na Classe Especial ou em Escolas da Modalidade Educação Especial.

A Diretoria de Educação Especial ao responder acerca do conceito de classe especial citou a Instrução 03/04 (PARANÁ, 2004), ou seja, aquela que atende alunos com deficiência intelectual em substituição a matrícula em classes comuns.



De acordo com os dados da Diretoria de Educação Especial, a rede municipal de Foz do Iguaçu atendeu, no ano de 2019, 48 turmas de classes especiais, com 408 alunos matriculados que apresentam dificuldades acentuadas de aprendizagem e quadros graves de deficiência intelectual ou múltipla, que demandam ajuda e apoio intensos e contínuos.

A Diretoria de Educação Especial explica que a alocação de professores nas classes especiais é feita obedecendo aos critérios abaixo em ordem de prioridade:

Pós-Graduação (latu sensu). na área da Educação/Interdisciplinar com ênfase na área pretendida: Atendimento Educacional Especializado (comprovado com declaração/diploma da Instituição):

Pós-Graduação (strito sensu) em Educação Especial. Educação Inclusiva (comprovado com declaração/diploma da Instituição):

Licenciatura c Estudos adicionais em D.M./D.A./D.V./D.F. ou Curso de formação para Atendimento Educacional Especializado — AEE realizado pelo MEC com carga horária mínima de 360h (comprovado com declaração/diploma da Instituição):

IV. Licenciatura em Educação Especial (comprovado com declaração/diploma da Instituição):

Maior tempo de serviço atuando em turmas de Educação Especial na Rede Municipal de Ensino de Foz do Iguaçu. conforme data de admissão (FOZ DO IGUAÇU, 2018).

Embora tenham estabelecidos estes critérios, na falta de docentes que escolham trabalhar nas classes especiais, as vagas ficam para os professores sem a devida formação. De acordo com a Diretoria de Educação Especial a formação continuada dos profissionais da Educação Especial do município de Foz é realizada periodicamente conforme calendário estabelecido pela DIEE/SMED. No primeiro semestre de 2019, por exemplo, foram realizados 10 ciclos de formação, com mais de 32 encontros, atingindo professores de todos os níveis da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental, num total de 123 horas de certificação.

No que se refere ao tempo de permanência dos alunos de Classe Especial, a Diretoria afirma que não há como mensurar um tempo médio, visto



que o desenvolvimento do aluno é muito específico e soma-se a outros fatores que fogem da esfera educacional. Já o processo para retornar ao ensino comum ocorre da seguinte maneira: os “professores e Equipe pedagógica devem comprovar documentalmente a evolução do aluno e após ele é submetido a uma nova avaliação psicoeducacional para a classificação mais próxima de faixa etária possível, conforme o conteúdo consolidado”.

Embora em nossos questionamentos não houve clareza a temporalidade em que o educando permanece na classe, caso não passe na reavaliação da equipe multidisciplinar da Direção de Educação Especial, este tempo varia, podendo o aluno ficar até completar quinze anos de idade. Mantoan (2006) alerta quanto a preocupação dos educadores inclusivos sobre os alunos com deficiência a fracassarem no ensino especial e que, possivelmente, acabarão nele.

Omote (1999) explica que uma das críticas referentes às classes especiais é o tempo em que o aluno com deficiência intelectual permanece nela, sem perspectiva de retorno ao ensino comum, o que faz com que muitos abandonem os estudos ao conseguir um trabalho.

No entanto, a Diretoria assegura que a classe especial deve ser um atendimento por curto período de tempo. Nas suas palavras:

Entendemos que a Classe Especial é um momento no processo educacional do aluno que possui uma limitação de aprendizagem, que tem como objetivo de adequar o ensino às necessidades e ao ritmo do aluno, ao seu desenvolvimento, habilidades e aptidões, visando seu retorno à sala comum no menor período de tempo possível, é um momento passageiro.

É positiva esta compreensão da Direção de Educação Especial, no entanto, é preciso um levantamento e estudos que comprovem que este atendimento está sendo temporário e não definitivo.

O documento da Secretaria de Estado da Educação do Paraná, instrução Nº 03/04 infere que:

A ação pedagógica da Classe Especial visa o acesso ao currículo da base nacional comum, a ser complementada em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar por uma parte diversificada, promovendo avaliação pedagógica contínua



para a tomada de decisão quanto ao seu ingresso ou reingresso no Ensino Regular (PARANÁ, 2004).

O ingresso ou reingresso no Ensino Regular do aluno da classe especial se constitui um processo como já abordado por Omote (1999) um recurso norteado por dificuldades. Os professores do ensino comum precisam conhecer os alunos e promover adaptações necessárias para sua aprendizagem.

Cabe destacar que, além do atendimento em Classe Especial o município oferta na modalidade de educação especial a Sala de Recursos Multifuncional (SRM), que atende os alunos com deficiência no contraturno escolar, não substituindo sua matrícula em salas de aula comuns. E no ano de 2019 em Foz do Iguaçu existiam aproximadamente 55 Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) com 1.242 alunos matriculados, regidas pela Instrução 009/18 (PARANÁ, 2018). Este atendimento educacional especializado propicia ao aluno com deficiência a frequência em ambos os espaços escolares, sendo que na SRM também o professor precisa de formação específica e há recursos diferenciados para o ensino.

No entanto, a classe especial se mantém no contexto da inclusão escolar, e o trabalho realizado neste ambiente pode ser o motivador desta realidade. Assim, para compreender o trabalho realizado nas classes especiais, na cidade de Foz do Iguaçu, entrevistamos quatro (04) professoras e um (1) professor que atuavam nestes ambientes, no ano de 2019. Faremos o uso da expressão “PROFESSOR” no decorrer das análises como uma forma de padronização a fim de não identificar o docente quanto à nome e gênero. No quadro 1 podemos observar algumas das características dos participantes desta pesquisa no que tange à formação, idade e tempo de atuação na classe especial.



Quadro 1: Características dos professores

PROFESSOR	FORMAÇÃO	IDADE	TEMPO DE ATUAÇÃO NA CLASSE ESPECIAL
A	Graduação em Pedagogia, Especialização em educação especial e mestre em ciências educacionais	62 anos	16 anos
B	Pós-graduação	48 anos	13 anos
C	Pedagogia e especialização em educação especial	47 anos	1 ano e 3 meses
D	Pedagogia e especialização em educação especial e educação de jovens e adultos	39 anos	13 anos
E	Pedagogia e especialização em psicopedagogia, educação especial e direito educacional.	46 anos	25 anos de magistério e 08 anos em classe especial

Fonte: organizado pelas autoras.

Observamos que todos professores entrevistados possuem formação com especialização, para atendimento dos educandos de educação especial, atendendo os requisitos mencionados nas legislações vigentes, bem como, experiência na área da educação. As idades variam de 39 a 62 anos e, quatro deles, já trabalham em classe especial a bastante tempo, de 8 a 13 anos e, puderam responder as questões com bastante propriedade, no que se refere às práticas pedagógicas desenvolvidas.

Como exposto anteriormente foram utilizadas quatro categorias de análise das entrevistas: 1) compreensão de classe especial; 2) relação entre



inclusão e classe especial; 3) estratégias de ensino; e 4) relação entre os alunos da classe especial e alunos da classe comum.

A primeira categoria de análise foi a **compreensão do conceito de classe especial**. A classe especial é aquela que substitui o atendimento em classe comum transitoriamente. Conta com um total de cerca de dez alunos e com laudo de deficiência intelectual e o professor deveria ter formação em educação especial (BRASIL, 2001; PARANÁ, 2004).

Todos os participantes responderam à questão com coerência e compreendendo as suas especificidades. Houve alguns destaques como o trabalho individualizado e o ensino diversificado e multisseriado.

O trabalho individualizado foi evidenciado por quatro dos cinco professores. Em suas palavras:

O professor tem condições de efetuar um trabalho individualizado com estratégias diferenciadas que proporciona o aluno desenvolver suas habilidades para a promoção de uma inclusão com qualidade aos alunos com Deficiência Intelectual (PROFESSOR A).

É uma sala onde são utilizadas técnicas e formas de trabalhar os conteúdos que o aluno está em defasagem, de forma individual e diferenciada, fazendo com que o aluno entenda o processo claramente (PROFESSOR B).

É um espaço com maior flexibilização de tempo, currículo e realizar um trabalho mais individualizado de acordo com o nível de aprendizagem (PROFESSOR D).

É um espaço com atendimento diferenciado, com menos alunos, assim possibilita atender à necessidade de cada um (PROFESSOR E).

Em trabalho de doutoramento Bondezan (2012) apontou que uma dificuldade dos professores, no processo de inclusão escolar, era de realizar um trabalho individualizado com a criança com deficiência devido ao número elevado de alunos em sala de aula. E que este trabalho era extremamente relevante para a aprendizagem do aluno com deficiência.

Na classe especial, os alunos com DI, conseguem ter este atendimento individualizado, pois, estão estudando nesta sala, no máximo dez alunos. Assim, este pode ser um fator positivo para no ensino de crianças com deficiência intelectual.



A segunda categoria foi a **relação entre inclusão e classe especial**. Nas entrevistas os especialistas expuseram suas concepções sobre a inclusão escolar e se a classe especial é uma forma de inclusão.

Os professores A e E compreendem que a classe especial é uma forma de inclusão da pessoa com deficiência, em suas palavras:

Sim a classe especial com certeza proporciona a inclusão escolar, pois depois de ser alfabetizado o aluno passa pelo processo de inclusão no ensino comum (PROFESSOR A).

As pessoas entendem que a Classe Especial é uma exclusão, não vejo assim, porque estão dentro de uma escola com outros alunos, só em uma sala separada para dar atendimento as suas necessidades (PROFESSOR E).

Para os professores B e D a classe especial não corresponde aos ideais de inclusão:

A classe especial do ponto de vista da inclusão não seria, pois retira o aluno da sala do ensino comum para inserir em uma outra sala para receber um atendimento mais específico, voltado às dificuldades apresentadas no processo de ensino – aprendizagem (PROFESSOR B).

Quanto a Classe Especial, não é ainda o ideal da inclusão, porém é um dos caminhos. (PROFESSOR D).

Os discursos incorporados e reproduzidos sobre inclusão, muitas vezes, são visões reducionistas e desacreditadas do que poderíamos afirmar sobre a real concepção do que é inclusão escolar. A autora Mantoan (2006 p. 18) pontua que “o processo de integração ocorre em uma estrutura educacional que oferece ao aluno a oportunidade de transitar no sistema escolar”. Neste sentido, quando defendemos a inserção da criança com deficiência intelectual em classes especiais estamos oportunizando uma inserção parcial, “trata-se de uma concepção de inserção parcial, porque o sistema prevê serviços educacionais segregados” (MANTOAN, 2006, p. 18).

Acerca do entendimento de Inclusão obtivemos as seguintes proposições:

A educação inclusiva é quando o professor recebe um aluno, oriundo de um espaço e ofertando lhe um tratamento digno de



respeito às suas diferenças, porém elevando a um nível de “equidade” (PROFESSOR A).

A educação inclusiva não segrega, o indivíduo com qualquer tipo de deficiência, transtorno, ou altas habilidades podem frequentar escolas de ensino regular (PROFESSOR B).

Educação inclusiva ao entendimento de que todos têm direito à educação, igualdade de oportunidades, respeito às suas diferenças e principalmente políticas públicas que atendam suas necessidades (PROFESSOR C).

A educação inclusiva pra mim é a formação da pessoa para atuar em diversos setores, ter autonomia e independência (PROFESSOR D).

Prieto (2002, p. 49) explica que a educação inclusiva precisa ser “[...] compreendida como educação de qualidade para todos e não somente como acesso de alunos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino”. E para que isso ocorra é preciso atender as especificidades dos alunos, ou seja, a escola precisa se modificar para que todos possam aprender e se desenvolver.

Mendes (2002, p. 68) ressalta que, embora diferentes documentos oficiais do Brasil assegurem a matrícula de pessoas com deficiência, preferencialmente, em classes regulares em escolas públicas, “[...] a mera inserção na classe comum não garante educação de qualidade, integração social e a conquista de uma educação inclusiva e, mais do que isso, de uma sociedade inclusiva”.

Neste contexto, o atendimento em classes especiais mesmo sendo realizado em ambiente segregativo, se mantém com o objetivo de promover o ensino para os alunos que não conseguiram aprender em classes comuns, devido a manutenção da estrutura escolar que, não possibilita que todos os alunos possam aprender nas classes comuns. Assim, como dizem os professores entrevistados, é preciso políticas públicas claras, e, acrescentamos, investimentos financeiros que possibilitem as mudanças necessárias nas escolas, como por exemplo, redução de número de alunos por sala, formação de professores, aquisição de materiais adaptados, aumento da hora atividades.



A terceira categoria de análise abrange **as estratégias para ensinar os alunos da classe especial**. Analisamos que algumas estratégias são utilizadas por todos os professores entrevistados, tais como as atividades concretas com materiais lúdicos, material dourado, brincadeiras diárias, jogos, partindo de um conteúdo elementar para um mais abstrato. Podemos exemplificar as estratégias de ensino explicitadas por um dos professores:

São atividades práticas, exemplo, receita de bolo. Todos colaboram com os ingredientes, participam na hora de fazer o bolo e ao mesmo tempo fazem leitura, escrita, também aprendem matemática como: números, dobro, triplo, frações, metade, e depois comem o bolo. Ainda durante este momento os conhecimentos são instigados como o processo de industrialização dos ingredientes, de onde vem os ovos, a farinha...etc. É trabalhado com muitos jogos, material dourado, material concreto e histórias. (PROFESSOR E).

Diferentes formas de ensino foram ressaltadas pelos professores. Como explica Góes (2002, p. 106), a pessoa com deficiência “para se desenvolver e se educar, ela precisa de certas condições peculiares [...]. Logo, caminhos alternativos e recursos especiais não são peças conceituais secundárias na compreensão desse desenvolvimento”.

Os caminhos alternativos e os recursos especiais, são as estratégias e os materiais utilizados pelos professores para que, a partir das potencialidades dos alunos, possam propiciar a aprendizagem dos conteúdos científicos. Ressaltamos assim a relevância do professor para a aprendizagem e desenvolvimento dos alunos,

O professor que atua de uma perspectiva mediadora na sala de aula também se transforma no decorrer do processo de ensino. Isso porque, assim como por intermédio de suas palavras e propostas pedagógicas ele leva o aluno a novos níveis de conhecimento, ele também se defronta com outras maneiras de conceber que não teriam ocorrido sem esse contato com o jeito de pensar do aluno, revelado pelas palavras e pelo fazer desse menino (REILY, 2006, p. 20).

Os professores entrevistados destacam a importância da afetividade para o processo de ensino e aprendizagem impulsionando o desenvolvimento dos alunos significativamente, evidenciam que, após criar um vínculo com os alunos e as famílias, melhora a empatia na relação professor e aluno.



Estabelecida esta relação de respeito mútuo, os alunos aceitam mais as atividades propostas, e com isso tem proporcionado uma melhora significativa na aprendizagem. Conforme enfatiza o professor E:

O professor de classe especial tem que ter perfil, ou seja, que tenha carinho, carisma, empatia, disposição, boa vontade, aquele que consegue disciplinar com doçura, enfim que tenha um olhar humanizador.

A afetividade, de acordo com Arantes (2002, p. 161) é muito importante para a aprendizagem “[...] pois os alunos e as alunas não deixam os aspectos afetivos que compõem a sua personalidade do lado de fora da sala de aula” (ARANTES, 2002, p. 161).

Quando o aluno se sente acolhido, percebe que suas especificidades estão sendo atendidas, consegue sucesso em suas atividades, há uma possibilidade maior de alcançar novas aprendizagens. Esta afetividade muda também as atitudes em sala de aula, como ressaltado pelos entrevistados. Neste sentido Vigotski (2001, p. 139) destaca que:

Se fazemos alguma coisa com alegria as reações emocionais de alegria não significam senão que vamos continuar tentando fazer a mesma coisa. Se fazemos algo com repulsa isto significa que no futuro procuraremos por todos os meios interromper essas ocupações.

A quarta categoria de análise foi **a relação entre os alunos da classe especial e alunos da classe comum**. Salientamos que a relação dos alunos da classe especial com os seus pares também tem grande relevância para o processo de ensino e aprendizagem e que, muitas vezes, passam despercebidas sem a devida atenção. Em referência à relação dos alunos da classe especial com os demais alunos da escola, três dos professores entrevistados argumentaram que é uma relação tranquila, de respeito às diferenças e que, normalmente, as crianças aceitam bem a diversidade, melhor do que os adultos. Porém evidenciamos as alegações de dois professores:

É uma relação que algumas vezes são conturbadas, ainda é necessário um trabalho eficaz do bullying, porém na maioria das escolas públicas do município isso já está resolvido (PROFESSOR A).



No geral as crianças interagem bem, mas também tem uma pontinha de preconceito porque acham que quem é da classe especial “é louco”. Porém são poucos que pensam assim (PROFESSOR E).

Diante destas evidências, existe uma preocupação, pois cotidianamente naturalizamos algumas questões de *bullying*, preconceito, segregação e discriminação e não promovemos as intervenções necessárias para mudança deste cenário.

Infelizmente, na sociedade em que vivemos ainda as pessoas com deficiência são consideradas menores e, por vezes, ridicularizadas. Estas ações não podem ser aceitas e precisam ser combatidas. Bondezan (2012, p. 196), traz algumas sugestões de atividades que podem ser desenvolvidas na escola:

É preciso uma mobilização por parte de toda a equipe pedagógica, dos professores, dos pais e de toda a comunidade escolar para que as crianças compreendam as diferenças e as aceitem. Atividades que envolvam a socialização de conhecimentos acerca das pessoas com deficiência podem fazer parte das reuniões com pais, do dia a dia das crianças e, também, com todos os que trabalham na escola (BONDEZAN, 2012, p. 196).

Os relatos dos especialistas das escolas visitadas, nos possibilitaram conhecer a dinâmica no atendimento aos educandos de classe especial, bem como compreender da política educacional do município de Foz do Iguaçu.

Percebemos que as salas de classes especiais na rede pública de ensino foram inseridas nas escolas após um longo processo histórico e ainda permanece mediante a vários questionamentos no que se refere ao propósito de sua existência no contexto atual da inclusão: Como elas estão funcionando, tem atendido as demandas das necessidades educacionais? Como se dá o ensino aprendizagens nestas salas?

Neste viés, Sousa et al. (2017, p. 11) indaga a respeito das classes especiais “haja vista que esta deve ter ou tem o seu valor pedagógico no que concerne a escolarização do estudante com deficiência, caso contrário não estaria resistindo ao tempo”. A autora lembra que as classes especiais devem



ser constituídas como um lugar de aprendizagem escolar. A classe especial deve ser reconhecida como um lugar com possibilidades de atender às suas necessidades educativas, com vista à escolarização.

A inclusão na educação, pelo menos em tese, é realidade. Todavia, se observa que caminhos ainda estão sendo percorridos objetivando sua concretude, ainda há a necessidade de pensar questões atinentes ao processo, tendo em vista que não é um processo exclusivo da educação especial, porque encontra-se condicionado a garantia do direito de todos independentes das diferenças que possam apresentar (SOUZA ET AL, 2017, p. 3).

A inclusão deve ser uma inserção total e incondicional. A escola deve ser transformada para atender o aluno. O professor precisa estar atento ao desenvolvimento do aluno, mas também precisa de condições dignas de trabalho. Nas classes especiais a inclusão deve ser um progresso e não um retrocesso. Nos perguntamos como ocorrem as situações em que os estudantes da classe especial entram em contato com estudantes de classes regulares? Omote (1999, p. 5) afirma que “o serviço especial pode ser utilizado tanto para cumprir a função segregativa quanto integradora”. Quais ações efetivas têm ocorrido para que haja entre os alunos da classe especial uma verdadeira inclusão? Neste sentido Souza et al., argumentam que,

Ainda perdura algumas classes especiais, que tiveram suas raízes amarradas à concepção de integração que visa preparar o estudante para o ingresso no ensino regular, partindo da premissa que “a integração ao sistema de ensino regular é um processo individual. Em que cada caso, deverá ser estabelecido o momento oportuno para que o educando comece a frequentar a classe comum” (SOUZA, ET AL., 2017, p. 3).

Assim, estes atendimentos ainda têm espaço na escola comum, devido às necessidades urgentes de mudanças que possibilitem a inclusão escolar.

Considerações Finais

A intencionalidade deste artigo foi compreender melhor a organização das classes especiais e pensar no processo da inclusão do aluno da classe especial na turma regular, bem como analisar os caminhos que estamos



percorrendo para uma educação inclusiva. Ao realizar este estudo, constatamos que as turmas compostas por alunos matriculados em classes especiais necessitam de um atendimento individualizado e de acordo com suas especificidades.

Na aquisição do conhecimento e do acesso à aprendizagem o aluno da classe especial necessita também de um professor especializado, uma sala com materiais adequados que atendam às necessidades de cada aluno envolvido no processo escolar. Destacamos o uso de estratégias de ensino mais lúdicas, que partem do concreto para a abstração, importantes para o aluno com deficiência intelectual.

Podemos inferir também, a relevância de uma mudança para que ocorra a inclusão dos alunos das classes especiais ao retornarem às salas regulares. Estes alunos entram nas classes especiais, porém seu retorno ao ensino regular não acontece de forma rápida. Tal situação ainda é algo para ser pensado e discutido. Nesse contexto, essa mudança se faz necessária. Mais rigor nas avaliações realizadas, mais acompanhamento da escola no processo de desenvolvimento de cada aluno na classe especial.

Cabe ressaltar que os sistemas educacionais inclusivos estão sendo repensados, principalmente, as classes especiais. Acreditamos que somente com as mudanças estruturais, culturais, e com políticas públicas claras e investimentos financeiros, todos os alunos, com ou sem deficiência, terão suas especificidades educacionais atendidas.

A classe especial, embora não seja o modelo ideal de inclusão para o educando com deficiência intelectual, ainda possui um papel relevante no processo de aprendizagem do aluno, mas dificulta sua socialização com o outro, que está na classe comum.

Contudo a inclusão é mudança de perspectiva, não somente aos alunos com deficiências, mas num projeto de maior amplitude que possa atender a todos os educandos nas suas especificidades, sem serviços segregativos. Isto significa que temos um longo caminho a percorrer, ainda mais com a perspectiva de políticas educacionais no atual contexto.



Referências

- ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1999.
- ARANTES, V. A. A afetividade no cenário da educação. In: OLIVEIRA, M.K.; REGO, T.C.; SOUZA, D.T.R. (Orgs.) **Psicologia, Educação e as Temáticas da Vida Contemporânea**. São Paulo: Moderna, 2002. p.159-174.
- BONDEZAN, A. N. **Educação inclusiva em região de fronteira**: políticas e práticas. Tese de doutorado do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá - UEM, Maringá, 2012.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394/96. Brasília: Senado Federal, 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Secretaria da Educação Especial -MEC, SEESP, 2001.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB nº 2**, de 11 de setembro de 2001, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília, 2001.
- BRASIL. **Decreto Nº 7.611**, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. 2011.
- FOZ DO IGUAÇU. Secretaria Municipal da Educação. **Instrução Normativa Nº 012** de Dezembro de 2018. 2018.
- GÓES, M. C. R. Relações entre Desenvolvimento Humano, Deficiência e Educação: contribuições da abordagem Histórico-Cultural. In: OLIVEIRA, M.K.; REGO, T.C.; SOUZA, D.T.R. (Orgs.) **Psicologia, Educação e as Temáticas da Vida Contemporânea**. São Paulo: Moderna, 2002. p.95-114.
- MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar**. O que é? Por quê? Como fazer? 2.ed. São Paulo: Moderna, 2006.
- NÚCLEO DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL MUNICIPAL. Diretoria da educação especial. Disponível em: <<https://ead.pti.org.br/ntm/course/view.php?id=45>> acesso em: 12 jul. 2019.
- OMOTE, S. Normalização, integração, inclusão.... **Ponto de Vista**: revista de educação e processos inclusivos, Florianópolis, n. 1, p. 04-13, jan. 1999. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/pontodevista/article/view/1042>>. Acesso em: 12 jul. 2019.



PARANÁ. Secretaria de Estado de Educação. **Instrução 03/04 Estabelece critérios para o funcionamento da CLASSE ESPECIAL de 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental, na área da Deficiência Mental.** Curitiba, 07 de maio de 2004. Disponível em: <<http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/instrucoes/Instrucao032004CESI/DI.pdf>> Acesso em 14 de junho de 2019.

PARANÁ. Secretaria de Estado de Educação. **Instrução 009/18 SUED/SEED.** Curitiba, 23 de abril de 2018.

PARANÁ. Secretaria de Estado de Educação. Superintendência de Educação. **Diretrizes Curriculares da Educação Especial Para a Construção de Currículos Inclusivos.** Curitiba: SEED/SUED, 2006.

PARANÁ. Superintendência de Desenvolvimento Educacional–SUDE. **Censo.** 2016. Disponível em: <http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/Censo/serie_historica2016.pdf> Acesso em 16 de junho de 2019.

PRIETO, R. G. A construção de políticas públicas de educação para todos. In: PALHARES, M. S.; MARINS, S. C. (Orgs.). **Escola inclusiva.** São Paulo: EdUFSCAR, 2002. p.45-60.

REILY, L. **Escola Inclusiva: linguagem e mediação.** 2.ed. Campinas, SP: Papyrus, 2006

SILVA, V. C. Da. LUCAS, M. F. MOREIRA L. C. **Classe especial e escola comum: encaminhamentos e percalços pedagógicos para inclusão escolar.** 2009. Disponível em:

<www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2009/110.pdf> Acesso em: 12 jul. 2019.

SOUZA, M. J. C.; et al. **A classe especial na conjuntura da educação especial inclusiva: uma possibilidade de escolarização?** 2017. Disponível em: <<https://br.eventbu.com/joao-pessoa/iv-conedu-congresso-nacional-de-educacao/5826193>> Acesso em: 12 jul. 2019.

VIGOTSKI, L. S. **Psicologia Pedagógica.** 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.



SOBRE AS AUTORAS

LIANE MARIA GONÇALVES FRANCO

Graduada em Pedagogia na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) em 2007 e Mestranda do Programa de Pós-Graduação Sociedade, Cultura e Fronteiras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (PPGSCF/UNIOESTE).

146

ELIZABETE DA CONCEIÇÃO VIEIRA

Bacharel em Letras, Artes e Mediação Cultural pela Universidade Federal da Integração Latina Americana (UNILA), licenciatura em Pedagogia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) e professora do Ensino Fundamental da rede municipal de Foz do Iguaçu.

ANDREIA NAKAMURA BONDEZAN

Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Professora Associada da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), campus de Foz do Iguaçu e professora do Programa de Pós-Graduação Sociedade, Cultura e Fronteiras (PPGSCF/UNIOESTE).

